

FONTE : GMCLASS. : 17DATA : 14 06 91PG. : 16

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

# Tocantins faz zoneamento ambiental para definir prioridades na ocupação

por Sandra Gomide  
de Palmas

O governo do Tocantins, o mais novo estado brasileiro, criado há dois anos e meio a partir de uma divisão do Estado de Goiás, quer controlar o desenvolvimento sócio-econômico do estado para que as futuras indústrias, plantações e atividades de extração mineral não contribuam para a degradação do meio ambiente.

Para isso, a Companhia de Desenvolvimento do Tocantins (Codetins) uma empresa de capital misto do estado, contratou a consultoria Empresa de Controle da Poluição (ECP), de São Paulo, para realizar em um prazo de 150 dias o macro-zoneamento agro-ecológico.

De posse dos resultados desse estudo, que será feito com a superposição de mapas e fotografias de satélites em conjunto com dados colhidos por vinte técnicos durante as visitas em todo o estado, o governo espera conseguir orientar os novos investimentos em indústria, comércio, mineração e agropecuária feitos pela iniciativa privada. Também a criação de infraestrutura urbana e rural pelo poder público será orientada por esses resultados.

"Esse estudo é de extrema importância para o Estado de Tocantins porque vai permitir que nós façamos as coisas certas desde o início e não tenhamos que recuperar erros depois que o estado já estiver totalmente construído. A longo prazo, o investimento de US\$ 200 mil realizado neste

planejamento inicial vai sair muito mais barato do que se deixarmos para recuperar as áreas degradadas daqui a dez anos", afirma Maurício Garcia, presidente da Fundação Natureza do Tocantins (Naturatins), a entidade do governo que deverá acompanhar os trabalhos de levantamento dos dados da região.

De acordo com o projeto-piloto elaborado pela ECP, o estudo pretende determinar com detalhes o tipo, a composição e a formação do solo de cada uma das regiões do estado; discriminar a potencialidade dos recursos hídricos, mapear o tipo de vegetação, sua localização e densidade; delimitar as áreas de proteção ambiental e de alto risco de degradação, como as de mananciais e de exploração de recursos minerais.

## LOCAIS IDEAIS

Com o cruzamento dessas informações pretende-se elaborar um banco de dados que sirva como fonte para a determinação dos locais ideais e instalação de cada tipo de indústria, para a orientação do crescimento das cidades, construção de estradas e pontes, bem como para o incremento da agricultura e da pecuária.

"Com esses dados, o governo vai poder orientar a construção, por exemplo, de uma usina hidrelétrica somente naqueles locais onde os recursos hídricos sejam comprovadamente suficientes, poderá permitir o plantio da soja ou criação de gado, o solo seja ideal para cada tipo de ati-

vidade e orientar a instalação de indústrias não-poluentes em locais que sejam propícios para a produção dos bens industrializados", diz João Batista Galvão, diretor da ECP.

Por enquanto, sabe-se, por exemplo, que na cidade de Palmas, na região sudeste do Estado, existe uma mina de ouro ainda não explorada. Para explorar esta riqueza sem interferir no meio ambiente, o programa prevê a instalação de sistemas controlados de extração de minério. De outro lado, no porção leste da cidade de Palmas, há uma reserva ecológica de 150 mil hectares (denominada serra do Lajeado) que possui espécies animais ameaçadas de extinção como a paca, o veado e algumas espécies vegetais como ipês e orquídeas. Além disso, cerca de 60% da economia da região é proveniente do cultivo da soja e da criação do gado Nelore, duas atividades econômicas que são realizadas por meio da queimada do solo e da utilização total das áreas desmatadas.

Para apontar alternativas para os problemas mais emergenciais, o mapeamento agro-ecológico vai avaliar também a interferência do homem nos diversos tipos de regiões do estado e comparar com a sua capacidade de assimilação dessa ação externa através do desenvolvimento econômico e social.

## RECURSOS

"Precisamos saber até onde o homem e suas obras, como a cidade, as estradas e os aeroportos,

podem ir sem prejudicar, por exemplo, a procriação de animais silvestres típicos do cerrado como a ema e a siriema ou sem causar a erosão do solo", adverte Divaldo Rezende, presidente da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia (Gaia), uma entidade civil que apóia a ação do governo em estabelecer diretrizes bastante claras para quem quiser investir na industrialização do estado.

Muito mais do que apenas um programa de desenvolvimento sustentado para um estado que pretende crescer de acordo com o planejamento, a execução desse projeto representa a possibilidade de conseguir empréstimos de bancos internacionais como o BIRD e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Hoje, quando se fala em preservação do meio ambiente, abrem-se portas para os países do Primeiro Mundo, que estão bastante interessados nessa questão da floresta amazônica e reservas ecológicas brasileiras. Com um plano de desenvolvimento sustentado, acreditamos que será mais fácil conseguir os recursos que eu não creio que virão do governo federal", disse a este jornal o governador de Tocantins, Moisés Avelino (PMDB). Para ele, este fato é tão certo que o próprio projeto da ECP está em vias de receber recursos a fundo perdido do PNUD. "Caso isso não ocorra, o estado arcará com seus custos", finaliza ele.